

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

Processo nº 10034.001634/2026-93

Pregão Eletrônico nº 0003/2026		Data de Abertura: 12/06/2026 às 10:00 no sítio/				
Processo SEI n.º 10034.001634/2026-93		https://www.gov.br/compras/pt-br/				
Objeto: Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste Edital e nos seus anexos.						
Registro de preços?	Modo de disputa	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação		
Não	Aberto	Não	Sim	Menor Preço Global		
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO						
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos:				
<ul style="list-style-type: none"> - SICAF ou documentos equivalentes; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); - Certidão do Portal da Transparência; - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST); e - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1. 		<ul style="list-style-type: none"> - Atestado de Capacidade Técnica; e - Demais exigências do item 8 do Edital. 				
Prazo para envio da proposta/documentação						
Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) Pregoeiro(a).						
Pedidos de Esclarecimento		Impugnações				
Até 09/06/2026 para o endereço cl@emgea.gov.br		Até 09/06/2026 para o endereço cl@emgea.gov.br				
Observações Gerais						
GRUPO	Descrição	Exclusiva ME/EPP?	Cota ME/EPP?	Amostra?	Decreto 7.174?	Valor Estimado
1	Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I.	Não	Não	Não	Sim	Sigiloso (art. 34, Lei 13.303 / 2016)

Pregão Eletrônico nº 0003/2026 (Processo SEI n.º 10034.001634/2026-93)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea**, mediante Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria SEI nº 94, de 5 de Agosto de 2026, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se o rito da modalidade “Pregão” previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 189 c/c o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/16, juntamente com a Instruções Normativas SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que disciplina sua forma “Eletrônica”, nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações subsequentes, nº 03, de 26 de abril de 2018, e demais legislações pertinentes, além das exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12/06/2026.

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem como objeto a **aquisição de 471 (quatrocentas e setenta e uma) unidades de mobiliário**, compreendendo cadeiras de escritório e assentos para áreas comuns, destinados a atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea. O fornecimento contempla a entrega, a montagem e a garantia dos materiais, devendo observar rigorosamente os parâmetros de ergonomia da NR-17 e as normas técnicas da ABNT (NBR 13962 e NBR 14776), de modo a garantir o bem-estar, o conforto e a segurança dos usuários, de acordo com a tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
		POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE COM APOIO DE CABEÇA E BRAÇO 4D <i>(Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior)</i> Encosto Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média mínima de 18 mm, dotado de curvatura anatômica que proporcione adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 45 mm de espessura média, tipo soft;		

– uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 15 mm de espessura média, tipo soft.
Revestimento frontal e contracapa do encosto em Cec-Stilo, fixados por grampos com acabamento zincado.
Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050, curvada a quente, com posterior tratamento térmico, largura de 76,20 mm e espessura de 6,35 mm, com bordas arredondadas.
Fixação do suporte ao encosto realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira.
Fixação do encosto ao mecanismo realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas torque sextavadas flangeadas na mesma bitola.

Apoio de Cabeça

Apoio de cabeça com estrutura lateral fabricada em barra redonda de aço SAE 1213, trefilada, com 10 mm de diâmetro, e estrutura superior e inferior fabricadas em barra redonda de aço SAE 1020, trefilada, com 12 mm de diâmetro.

Haste de fixação fabricada em chapa de aço NBR 6658, com 3,75 mm de espessura.

União das estruturas por soldagem MIG em célula robotizada, formando conjunto estrutural único.

Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo:

– uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 30 mm de espessura média;

– uma camada com densidade mínima de 27 kg/m³ e 20 mm de espessura média.

Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100% poliéster ou similar superior).

Fixação do apoio de cabeça ao encosto por parafusos sextavados ¼” x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.

Assento

Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média de 18 mm.

Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo:

– uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 40 mm de espessura média;

– uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 20 mm de espessura média, tipo soft.

Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100% poliéster ou similar superior), fixado por grampos com acabamento zincado.

Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6, com reforço de 30% de fibra de vidro, fixado à madeira por parafusos.

Plataforma de regulagem de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro, e chapa de regulagem fabricada em aço NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, com 6 estágios de regulagem, totalizando 50 mm de curso.

Acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma.

Fixação da plataforma ao assento por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas.

Fixação do mecanismo à plataforma por parafusos sextavados Classe 8.8, na bitola M8, em furos roscados M8.

Braços

Apoios de braço 4D, em poliuretano injetado soft touch, com regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal.

Estrutura fabricada em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, com 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.

Fixação dos braços ao assento por 3 parafusos Philips ¼” x 20 fpp e porcas sextavadas ¼” x 20 fpp, inseridas sob pressão nos calços de apoio.

Mecanismo

Mecanismo do tipo Relax Sincron, com 18° de curso, divididos em 3 estágios de regulagem, permitindo inclinação sincronizada do assento e encosto, com travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação.

Dotado de sistema anti-impacto, ajuste de tensão da mola por manipulador frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação e altura.

Sistema de encaixe da coluna por cone Morse.

Coluna

Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede.

Sistema de giro com rolamento/mancal axial, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal em poliacetal recalibrada na montagem.

Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada.

Montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.

Base

Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, com esfera metálica interna.

Banda de rolagem em nylon para carpetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros.

Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico.

Sistema de montagem da coluna à base por encaixe cone Morse.

Acabamento

Componentes metálicos pintados com tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, em linha automática contínua, sem uso de produtos clorados, com tratamento de efluentes conforme normas ambientais.

Pintura em pó híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, conforme RoHS, com espessura média de 60 microns, curada em estufa a 200 °C.

DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:

Altura Total da Cadeira: 1230 - 1345

1

UN

5

	mm; Profundidade Total da Cadeira: 735 - 960 mm; Largura Total da Cadeira: 700 – 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 750 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm.		
2	<p>POLTRONA OPERACIONAL COM APOIO DE CABEÇA (Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior)</p> <p>Encosto Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica que possibilite a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário. Revestimento em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe com perfil, na cor cinza. Suporte do encosto fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem automática de altura por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero. A fixação do suporte do encosto à estrutura do encosto deve ser realizada por parafusos máquina Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura e no suporte do encosto. A fixação do conjunto encosto e suporte ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas torque sextavadas flangeadas na bitola ¼” x 20 fpp.</p> <p>Assento Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média, dotado de curvatura frontal destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea. Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média. Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado. Carenagem do assento fabricada em polipropileno copolímero injetado, texturizado, na cor preta, montada por parafusos Phillips, possibilitando futuras manutenções. A fixação do assento ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do assento.</p> <p>Apoio de Cabeça Sistema de fixação do apoio de cabeça composto por clip interno e clip externo, fabricados em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, fixados à estrutura do encosto por sistema de encaixe, com união do conjunto realizada por parafuso Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm. Suporte de sustentação do apoio de cabeça fabricado em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, com 5 posições de regulagem automática de altura, totalizando 40 mm de curso, fixado ao conjunto de suporte por encaixe, permitindo ajuste pelo usuário sem utilização de botões ou gatilhos. Carenagem do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, na cor preta, fixada ao suporte por parafusos Phillips cabeça chata para plástico, na bitola 4,0 mm. Estrutura interna do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, fixada à carenagem por sistema de encaixe. Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade entre 30 e 37 kg/m³ e 25 mm de espessura média. Revestimento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado.</p> <p>Apoio Lombar Apoio lombar injetado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem fabricado em poliamida 6.0, permitindo 40 mm de curso total.</p> <p>Braços Apoios de braço fabricados em poliuretano injetado soft touch, na cor preta, com regulagem de altura acionada por gatilho frontal. Corpo e estrutura de sustentação fabricados em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro, na cor cinza, com 8 posições de regulagem de altura e 80 mm de curso. A fixação dos braços ao assento deve ser realizada por parafuso sextavado interno tipo Allen, na bitola M8, passo 1,25 mm, fixado em furo roscado M8, passo 1,25 mm, na travessa de reforço do assento.</p> <p>Mecanismo Mecanismo do tipo Sincron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação. Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário. Possui ajuste de tensão da mola por manipulo frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação do conjunto encosto/assento e para regulagem da altura do assento. Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°. Sistema de acoplamento da coluna por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Coluna Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,00 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem. Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes.</p>	UN	13

	<p>Montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Base Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes, injetada em poliamida 6.6 com 30% de reforço de fibra de vidro, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, na cor preta, dotados de esfera metálica interna. Banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares. Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação. Sistema de montagem da coluna à base por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Acabamento Os componentes metálicos pintados devem receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha automática contínua, sem utilização de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes. Pintura em pó do tipo híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, atendendo à norma europeia RoHS, com camada média de 60 microns de espessura, curada em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200 °C, nas cores disponíveis para a linha.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 1175-1400 mm; Largura Total da Cadeira: 700 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-1025 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm; Altura do apoio de cabeça: 165 mm; Largura do apoio de cabeça: 335 mm.</p> <p>Densidade Assento/Encosto: 30 a 37 Kg/m³, tipo soft, ou equivalente superior em densidade e conforto.</p>	
GRUPO 1	<p>POLTRONA PARA SALA DE REUNIÃO COM ESTRUTURA <i>(Referência técnica para similaridade ou qualidade superior)</i></p> <p>Encosto Fabricado com estrutura externa confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência. Estrutura interna confeccionada em polipropileno copolímero injetado flexível de alta resistência, fixada à estrutura externa por sistema de encaixe. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 25 mm de espessura média. Acabamento traseiro interno em espuma expandida/laminada, isenta de CFC, com densidade de 33 kg/m³ e 12 mm de espessura média. Suporte do encosto confeccionado em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura, totalizando 65 mm de curso, com acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à carenagem do encosto. Não serão aceitos sistemas de regulagem por catracas livres, cremalheiras livres ou mecanismos de rosqueamento, por não atenderem aos requisitos mínimos de estabilidade e segurança funcional. Revestimento do encosto em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher. A fixação do suporte do encosto ao encosto deverá ser realizada por sistema de encaixe tipo "click", sendo o conjunto posteriormente fixado ao mecanismo da cadeira por parafuso Allen sextavado interno, na bitola ¼" x 20 fpp, em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de furo roscado na bitola ¼" x 20 fpp.</p> <p>Assento Estrutura confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência, atuando como elemento estrutural e de acabamento. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 70 mm de espessura média, montada sem utilização de cola. Travessa de reforço e fixação dos braços confeccionada em chapa de aço estrutural com 4,75 mm de espessura. Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher. A fixação do assento à chapa metálica de reforço deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, na bitola ¼" x 20 fpp. Possuir regulagem de profundidade confeccionada em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de 6 estágios de regulagem e curso total de 50 mm, montada por sistema de encaixe na carenagem do assento. O acionamento deverá ser realizado por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma de regulagem do assento. A fixação do mecanismo na chapa de regulagem de profundidade deverá ser feita por parafuso sextavado classe 8.8, na bitola M8, em furo roscado na chapa na bitola M8, com passo 1,25 mm.</p> <p>Braços Apoia-braços e corpo do braço injetados em polipropileno copolímero de alta resistência, com regulagem de altura e de distância lateral entre os braços. Estrutura confeccionada em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura e 90 mm de curso, com acionamento por botão lateral injetado em poliamida 6.0, dotado de função porta bolsa/sacola, com capacidade mínima de suporte de 20 kg. O encaixe de fixação do braço ao assento deverá ser integrado à estrutura, permitindo ajuste horizontal por manípulo injetado em poliamida 6.0, de fácil manuseio, com 30 mm de curso em cada lado, totalizando 60 mm de regulagem lateral entre os braços.</p> <p>Mecanismo</p>	UN83

Mecanismo do tipo Sincron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer um dos estágios. Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário, evitando impactos indesejados, ou possibilitando relax livre com flutuação contínua. Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal, bem como alavancas de comando independentes para regulagem de inclinação do encosto/assento e regulagem de altura do assento. Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.

Coluna

Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada durante a montagem.

Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes. Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.

Base

Base giratória desmontável, com aranha injetada em poliamida 6.6, reforçada com 30% de fibra de vidro, composta por 5 hastes, na cor preta. Apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares.

A montagem do rodízio na base deverá ser realizada por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico em aço, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe tipo cone Morse.

Acabamento

Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.

A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.

DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:

Altura Total da Cadeira: 990-1165 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-920 mm; Largura Total da Cadeira: 700 mm; Extensão Vertical do Encosto: 610 mm; Largura do Encosto: 450 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 475 mm; Largura do Assento: 500 mm; Altura do Assento: 450-565 mm.

CADEIRA OPERACIONAL TIPO STAFF COM ENCOSTO

(Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)

Encosto

Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica, de modo a permitir a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, proporcionando melhor adaptação à coluna vertebral do usuário.

Revestimento do encosto em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe mediante perfil, na cor cinza.

A fixação da estrutura do encosto ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, cabeça panela, para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura do encosto e no respectivo suporte.

Apoio Lombar

Apoio lombar confeccionado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem igualmente injetado em poliamida 6.0, proporcionando curso total de 40 mm, permitindo ajuste ergonômico adequado ao usuário.

Assento

Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média. Possuir curvatura na região frontal, destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas do usuário.

Espuma expandida/laminada AP, em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média.

Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, em tom a definir.

Carenagem do assento injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, montada por parafusos Phillips, facilitando futuras manutenções.

A fixação do assento ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola ¼" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitas na madeira do assento.

Braços

Apoia-braços e corpo do braço confeccionados em polipropileno copolímero injetado, com acabamento texturizado na cor preta. Estrutura vertical em formato de "L", fabricada em chapa de aço estrutural ASTM A36, com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, com pintura de proteção superficial. Possuir 7 posições de regulagem de altura, acionadas por botão injetado em poliamida 6.0, totalizando 85 mm de curso.

A estrutura vertical em "L" deverá possuir 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por meio de parafusos, com curso de 25 mm em cada braço, durante a montagem do conjunto ao assento.

A fixação dos braços ao assento deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE

4	<p>J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitadas na madeira do assento.</p> <p>Mecanismo Mecanismo com sistema de regulagem do encosto composto por 6 lâminas de frenagem, com estrutura monobloco, soldada por processo MIG em célula robotizada. Assento fixo, com inclinação fixa de 3°, possuindo duas furações para fixação do assento, com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm.</p> <p>Suporte do encosto com regulagem de altura automática, fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem, por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero.</p> <p>Inclinação do encosto com 20° de curso semicircular, acionada por alavanca, permitindo infinitas posições, dotada de molas para retorno automático e ajuste automático da frenagem do reclinador.</p> <p>A alavanca de travamento deverá possuir duplo modo de acionamento, permitindo tanto regulagem fina com acionamento contínuo quanto liberação do movimento livre do encosto, até o retorno à posição neutra para frenagem.</p> <p>Acionamento da coluna a gás realizado por alavanca independente, injetada em poliacetal. O mecanismo deverá possuir peça plástica de acabamento e proteção das lâminas, confeccionada em polipropileno copolímero, na cor preta. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.</p> <p>Coluna Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem.</p> <p>Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás, conforme DIN EN 16955 – Classe 4, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes.</p> <p>Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, composta por 3 partes encaixadas, destinada à proteção da coluna. Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Base Base giratória desmontável, composta por aranha de 5 hastes, fabricada em tubos de aço SAE 1010/1020, seção retangular 20 x 30 mm, com 1,50 mm de espessura de parede, soldadas a cone central fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede.</p> <p>Pino do rodízio fabricado em barra de aço trefilado SAE 1213, redondo, com 10 mm de diâmetro, soldado na extremidade da haste por sistema flangeado, evitando desprendimentos. Base recoberta por capa em polipropileno copolímero, na cor cinza, com sistema de encaixe plástico entre o cone da aranha e a coluna.</p> <p>Apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo, com 50 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de capa e esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon para carpetes, tapetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros, amadeirados ou com revestimento vinílico.</p> <p>A montagem do rodízio deverá ser realizada diretamente sobre o pino soldado, sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Acabamento Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetalico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.</p> <p>A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 990-1175 mm; Largura Total da Cadeira: 660 mm; Profundidade Total da Cadeira: 660-780 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm.</p> <p>Observação Final: O produto deve estar em total conformidade com as exigências de ergonomia da NR-17 e normas técnicas da ABNT para cadeiras de escritório (NBR 13962).</p>	UN322
5	<p>CADEIRA PARA REFEITÓRIO (Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)</p> <p>Cadeira fabricada em polipropileno (PP) de alto impacto, reforçado com fibra de vidro, produzida por processo de injeção termoplástica, preferencialmente assistida a gás, constituída em peça monobloco, sem emendas estruturais.</p> <p>O material deverá conter aditivação contra raios ultravioleta (UV), permitindo uso em ambientes internos e externos, com resistência ao desbotamento, ressecamento e degradação do polímero.</p> <p>A estrutura deverá ser projetada para suportar carga estática mínima de 154 kg, assegurando estabilidade e segurança ao usuário.</p> <p>O produto deverá ser homologado pelo INMETRO, em conformidade com a ABNT NBR 14776 – Cadeiras Plásticas Monobloco, ou norma que venha a substituí-la.</p> <p>Deverá apresentar design ergonômico e anatômico, adequado ao uso em refeitórios e áreas de alimentação coletiva, sendo leve, resistente, de fácil higienização e empilhável, possibilitando otimização de espaço e facilidade de armazenamento.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total 780 mm - 820 mm, Largura Total 450 mm - 500 mm, Profundidade Total.</p>	UN48

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- 3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016, e/ou art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- 3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação e atendam aos requisitos de habilitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do fornecimento dos bens, e desde que o objeto contratado seja fornecido obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.4. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ela atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 3.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- 3.5.1. Detentor de cargo em comissão que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- 3.5.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE;
- 3.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, no fornecimento dos bens contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão neste órgão CONTRATANTE.
- 3.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.8.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 3.8.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.8.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 3.8.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.8.8. Que os bens sejam fornecidos por empresas que comprovem o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, exigido neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. As licitantes deverão enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos.
- 5.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, logísticos, de transporte, armazenamento e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 5.3.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.3.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da fatura e haverá glosa, quando do pagamento.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo a licitante apresentar ao Pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na fatura, no pagamento dos bens, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens nos seus termos.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado por tipo de serviço.

6.10. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. As licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação.

6.20. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.22. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

6.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.25. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.26. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.27. A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate

entre propostas iguais (não seguidas de lances).

- 6.28. Havendo empate entre propostas, o critério de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 6.28.1. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.28.3. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.28.4. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.28.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.
- 6.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 6.31. O Pregoeiro solicitará a licitante melhor classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.32. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
- 6.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:
- 7.2.1. Contenha vício insanáveis;
- 7.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.2.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa;
- 7.2.5. Apresentem desconformidade com outras exigências do edital, desde que insanável.
- 7.3. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Será possível tornar público o orçamento estimado por ocasião da fase de negociação, quando o preço da proposta mais vantajosa se encontrar acima do valor orçado, inclusive para os valores por item.
- 7.5. Restando os valores ofertados acima no valor estimado e diante de impossibilidade de negociação por parte da licitante, esta terá sua proposta desclassificada.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 7.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.10. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF.

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. Habilitação jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.5.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.5.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.6.3. A certidão, referida no subitem 8.6.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.6.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.6.5. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8.6.6. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.6.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.6.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.9. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{Ativo Total}$$

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.6.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **R\$ 110.477,56 (cento e dez mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**.

8.7. **Qualificação Técnica:**

8.8. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Edital, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta aquisição em território nacional.

8.9. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o(s) documento(s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de que a licitante possa valer-se para manter contato com a(s) Atestante(s) - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

8.10. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is).

8.11. A licitante disponibilizará, caso solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à aquisição, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.12. A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

8.13. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorridos 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. A proposta final da licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Apresentar o valor unitário e total dos bens a serem adquiridos, devidamente ajustados ao lance vencedor.

9.2. A proposta de preço deverá contemplar o que consta no Termo de Referência.

9.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora.

9.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

9.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. **DOS RECURSOS**

10.1. O Pregoeiro declarará a vencedora e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma compras.gov.br.

10.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.3. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4. Os procedimentos citados nos subitens 10.1. e 10.2. serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

10.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante vencedora não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

- 11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 13.2. A impugnação poderá ser realizada somente de forma eletrônica, pelo e-mail cl@emgea.gov.br.
- 13.3. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 13.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cl@emgea.gov.br.
- 13.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 13.9. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 13.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico da Emgea e no sistema, dentro do prazo estabelecido, e vincularão os participantes e a Administração.

14. DO CONTRATO

- 14.1. Após a homologação da licitação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 14.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.7. O(s) representante(s) legal(is) pela formalização do contrato deverão possuir Certificação Digital que viabilize a assinatura do contrato eletronicamente.
- 14.8. Na hipótese da licitante vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

- 15.1. Os critérios de recebimento, aceitação do objeto e fiscalização do fornecimento estão previstos nos itens 9 e 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas nos itens 10 e 11 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. As condições de pagamento estão previstas no item 19 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. As sanções administrativas estão previstas no item 17 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta de dotação prevista no Programa de Despesas Globais – PDG da Emgea, conforme previsão contida na proposta do PDG para 2026, nas contas contábeis e rubricas orçamentárias a seguir:

Conta Contábil	Rubrica Orçamentária	Item Orçamentário
132.01.08 – Móveis e Utensílios (Aquisição de cadeiras).	2.107.010.200 – Aquisição - Manutenção de Bens Móveis.	1063 - Aquisição - Manutenção de Bens Móveis.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 20.5. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 20.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.emgea.gov.br, no mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.14.1. Anexo I – Termo de Referência; e
- 20.14.2. Anexo II - Minuta do Contrato;

MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS
DIRETOR

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste Termo de Referência.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem como objeto a **aquisição de 471 (quatrocentas e setenta e uma) unidades de mobiliário**, compreendendo cadeiras de escritório e assentos para áreas comuns, destinados a atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. — Emgea. O fornecimento contempla a entrega, a montagem e a garantia dos materiais, devendo observar rigorosamente os parâmetros de ergonomia da **NR-17** e as normas técnicas da **ABNT (NBR 13962 e NBR 14776)**, de modo a garantir o bem-estar, o conforto e a segurança dos usuários.

2.2. A aquisição será realizada em **Lote Único**, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço global**, cuja composição de custos e detalhamento técnico devem seguir rigorosamente o disposto no **subitem 24.2** e no **Anexo I (Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços)**, ambos deste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente aquisição visa substituir cadeiras de escritório atuais, atendendo às solicitações das unidades funcionais, sendo uma medida imprescindível, fundamentada na necessidade de melhoria das condições de trabalho e alinhamento estratégico da empresa. A substituição se faz necessária pelos seguintes motivos:

3.2. Obsolescência e Fim da Vida Útil: Substituição de bens que se encontram defasados desgastados pelo uso contínuo ou que atingiram o fim de sua vida útil, apresentando falhas constantes, custos elevados de manutenção e riscos à continuidade das atividades.

3.3. Modernização e Aumento da Eficiência: Aquisição de novos ativos para modernizar a infraestrutura da Emgea, visando ao aumento produtividade, à melhoria da segurança e otimização dos processos internos.

3.4. Recomposição e Padronização: Necessidade de recompor o acervo de bens devido a itens danificados ou inservíveis, bem como padronizar os de ativos entre as diferentes seções para facilitar a gestão, manutenção e suporte.

3.5. Para tanto, foram consideradas as condições atuais do estoque, as demandas levantadas nas visitas técnicas aos setores e os parâmetros de conforto, ergonomia e funcionalidade exigidos para os ambientes de trabalho, subsidiando a definição das especificações técnicas e quantitativos a serem adquiridos.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos caracterizam-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. A classificação encontra amparo legal no **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, justificando-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço (ou maior desconto).

4.2. A aquisição dos bens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Emgea e a empresa vencedora, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS LEGAIS

5.1. Lei nº 13.303/2016, “Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

5.2. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

5.3. LG.NOR.008.05#P - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos.

5.4. Instrução Normativa Nº 65, de 07 de julho de 2021 que “Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.5. AL.NOR.001.13#I - Alçadas Decisórias.

5.6. Plano de Contratações Anual 2026 da Emgea.

6. DOS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A AQUISIÇÃO

6.1. Substituição dos bens depreciados, irrecuperáveis e antieconômicos.

6.2. Atualização dos bens móveis pertencentes à Emgea, visando à garantia de manutenção da salubridade e do bem-estar dos colaboradores da empresa.

6.3. Desempenhar sua missão e competência institucional com maior eficiência;

6.4. Assegurar condições mínimas de ergonomia, conforto e segurança aos colaboradores e ao público em geral, visando atender às normas técnicas vigentes e garantir a adequada execução das atividades institucionais;

6.5. Viabilizar o cumprimento, na integralidade, da legislação e das normas vigentes, já referenciadas no presente, dentre elas as que concernem as questões trabalhistas, de acessibilidade, de segurança e saúde;

6.6. Fortalecer e atualizar a imagem da empresa observadas a realidade atual e as perspectivas futuras.

7. DO LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. A entrega deverá ser feita no endereço SBS, Quadra 02, Bloco J, Andares 4, 5, 7, 8 e 10 – Edifício Carlton Tower, CEP 70.070-120, Brasília – DF, na Gerência de Suprimentos e Infraestrutura – Gesup/Supes, de segunda a sexta das 19h até 06h, e sábado, domingo e feriados das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.

8. DOS REQUISITOS TÉCNICOS DETALHADOS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

8.1. Os requisitos já estão descritos no item 2 deste instrumento.

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente após a assinatura e envio da autorização de fornecimento, pelo (a) responsável do acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação ao fornecedor às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da inobservância de qualquer das condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

10.1. Indicar um representante responsável pelo acompanhamento da entrega do objeto da aquisição.

10.2. Efetuar a entrega dos bens no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data do recebimento da autorização de fornecimento.

10.3. Efetuar a entrega dos bens de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência.

10.4. Comunicar à Emgea, no prazo máximo de até 3 (três) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem seu cumprimento.

10.5. Realizar a montagem ou instalação dos bens no local da entrega no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o recebimento, quando houver.

10.6. Substituir, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento do comunicado, todo e qualquer bem que chegar com defeito.

10.7. Encaminhar à Emgea a Nota Fiscal/Fatura contendo os dados relativos à aquisição, tais como: descrição do bem, quantidade, código se houver, valor unitário e valor global, de acordo com a proposta vencedora.

10.8. Dispor de todos os meios necessários para a devida execução do objeto contratado, da forma e no local indicados.

10.9. Atender aos requisitos de sustentabilidade ambiental, previstos nas legislações vigentes.

10.10. Não transferir a outrem, ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto da aquisição.

10.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a vigência do contrato.

- 10.12. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Emgea.
- 10.13. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, juntamente com a sua proposta readequada ao lance vencedor, o portfólio técnico completo ou catálogo do fabricante, contendo obrigatoriamente:
- 10.13.1. **Indicação da Marca e Modelo** de cada item ofertado;
- 10.13.2. **Especificações técnicas detalhadas**, que permitam aferir a total compatibilidade com as exigências descritas no item 2 e 24 deste Termo de Referência;
- 10.13.3. **Imagens ou ilustrações** do mobiliário, demonstrando o design e os acabamentos propostos.
- 10.13.4. A marca e o modelo indicados no portfólio vinculam a entrega do objeto.
- 10.13.5. Caso os bens entregues apresentem especificações, marca ou modelo divergentes do portfólio aprovado e da proposta apresentada, o objeto será **rejeitado**, sujeitando o licitante à **desclassificação** ou à **rescisão contratual por inexecução**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis previstas na cláusula 17 deste Instrumento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEA

- 11.1. Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos bens por intermédio de empregados especialmente designados para este fim, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, inclusive quanto aos prazos de fornecimentos de materiais, que ressaltados os casos fortuitos ou força maior, devidamente justificados e aceitos pela Emgea.
- 11.2. Permitir acesso dos técnicos da licitante vencedora nas dependências da EMGEA, quando necessário, de acordo com normas e procedimentos previamente estabelecidos.
- 11.3. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da licitante vencedora, necessários à execução do objeto descrito neste Termo de Referência.
- 11.4. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido e sem defeitos ou incorreções.
- 11.5. Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os produtos ou serviços entregues pela licitante vencedora, efetuando glosa na fatura, quando for o caso.
- 11.6. Informar à licitante vencedora os atos que possam interferir direta ou indiretamente na entrega, instalação e configuração dos produtos e na execução dos serviços de garantia de funcionamento e suporte técnico a serem prestados.
- 11.7. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do Contrato.
- 11.8. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora.
- 11.9. Exigir a substituição de qualquer profissional, cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - DE ACORDO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.

- 12.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:
- 12.1.1. “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.
- 12.1.2. “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.
- 12.1.3. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.
- 12.1.4. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.
- 12.1.5. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.
- 12.1.6. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 12.1.7. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 12.2. As partes reconhecem que a(s) CONTRATADA(s), na prestação de serviços do(s) contrato(s), eventualmente pode(m) realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a(s) CONTRATADA(S) é(são) operadora(s) dos dados pessoais.
- 12.3. A(S) CONTRATADA(S) trata(m) os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da CONTRATANTE, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.
- 12.4. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela(s) CONTRATADA(S), uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a(s) CONTRATADA(S) viole(m) qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.
- 12.5. A(S) CONTRATADA(S) deve(m) suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.
- 12.6. A(S) CONTRATADA(S) trata(m) os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.
- 12.7. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.
- 12.8. A Emgea reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à(s) CONTRATADA(S) acesso às informações, ao ambiente computacional e às dependências de suas instalações.
- 12.9. A CONTRATANTE garante que:

- 12.9.1. Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela(s) CONTRATADA(S), de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.
- 12.9.2. É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.
- 12.9.3. Cumpre com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a CONTRATANTE apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da(s) CONTRATADA(S) dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 12.9.4. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.
- 12.10. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a(s) CONTRATADA(S) obriga(m)-se:
- 12.10.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;
- 12.10.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;
- 12.10.3. A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;
- 12.10.4. A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;
- 12.10.5. A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle;
- 12.11. A CONTRATADA garante que:
- 12.11.1. Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;
- 12.11.2. Notifica a CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:
- 12.11.2.1. Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado pela CONTRATANTE;
- 12.11.2.2. Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular;
- 12.11.2.3. Qualquer Incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato;
- 12.11.2.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.
- 12.11.3. Cooperar com a CONTRATANTE com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 11.11.2 acima, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da CONTRATANTE com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.
- 12.11.4. Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.
- 12.11.5. Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à CONTRATANTE.
- 12.11.6. Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.
- 12.11.7. Cooperar com a CONTRATANTE em caso de qualquer incidente, devendo:
- 12.11.7.1. Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares;
- 12.11.7.2. Prover a CONTRATANTE com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido;
- 12.11.7.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD;
- 12.11.7.4. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro;
- 12.11.8. Mediante solicitação da CONTRATANTE, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no contrato.
- 12.11.9. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.
- 12.11.10. A(S) CONTRATADA(S) será(ão) responsável(is) perante a CONTRATANTE por quaisquer danos causados em decorrência de:
- 12.11.10.1. Violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou
- 12.11.10.2. Violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a CONTRATANTE por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.
- 12.11.11. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a CONTRATANTE receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela(s) CONTRATADA(S), deve notificar a(s) CONTRATADA(S), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.
- 12.11.12. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.
- 12.11.13. A(S) CONTRATADA(S) se compromete(m) a fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

- 12.11.14. A(S) CONTRATADA(S) permite(m) que a CONTRATANTE realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.
- 12.11.15. A(S) CONTRATADA(S) se compromete(m) a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.
- 12.11.16. Após o término do contrato, a CONTRATANTE pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da(s) CONTRATADA(S), pelo prazo de 30 (trinta) dias.
- 12.11.17. Após esse período, caso a CONTRATANTE não se manifeste, a(s) CONTRATADA(S) realizará(ão) a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela(s) CONTRATADA(S) seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a(s) CONTRATADA(S) excluirá(ão) os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.
- 12.11.18. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a(s) CONTRATADA(S) concluir(em) a disponibilização, a CONTRATANTE deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a(s) CONTRATADA(S) não possui(em) qualquer obrigação adicional.
- 12.11.19. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da(s) CONTRATADA(S) que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.
- 12.11.20. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATANTE e a(s) CONTRATADA(S) para esta finalidade, se houver.
- 12.11.21. Sem prejuízo do disposto, a(s) CONTRATADA(S) pode(m) coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:
- 12.11.21.1. Fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- 12.11.21.2. Investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou
- 12.11.21.3. Conforme determinado por lei ou regulação aplicável.
- 12.11.22. Nesses casos, a(s) CONTRATADA(S) é(são) responsável(is) pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.
- 12.11.23. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.
- 12.11.24. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a(s) CONTRATADA(S) e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a(s) CONTRATADA(S) venha(m) a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.
- 12.11.25. Observar o Código de Ética, Integridade e Conduta e a Política de Integridade da Emgea (disponíveis no sítio eletrônico da Empresa), bem como a legislação anticorrupção vigente.

13. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 13.1. A licitante vencedora deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços de manutenção e suporte técnico e de entrega de produtos, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.
- 13.2. A licitante vencedora deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a entrega de produtos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.
- 13.3. A licitante vencedora deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta aquisição, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente aquisição.
- 13.4. Toda informação confidencial disponível em razão desta aquisição, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:
- a) término ou rompimento do Contrato; e
 - b) solicitação da EMGEA.

14. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)

- 14.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições: “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.
- 14.2. “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.
- 14.3. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.
- 14.4. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.
- 14.5. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.
- 14.6. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 14.7. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 14.8. **Tratamento de Dados Pessoais:**
- 14.8.1. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a Emgea é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a

CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

14.8.2. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da Emgea, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

14.8.3. A Emgea garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

14.8.4. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a Emgea, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

14.8.5. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

14.9. Responsabilidades:

14.9.1. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

14.9.2. A CONTRATADA será responsável perante a Emgea por quaisquer danos causados em decorrência de: i. violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou

ii. violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a Emgea por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

14.9.3. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a Emgea receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

14.9.4. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

14.10. Diligência de Conformidade:

14.10.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer à Emgea todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

14.10.2. A CONTRATADA permite que a Emgea realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

14.10.3. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

14.11. Prazo e Rescisão:

14.11.1. Após o término do contrato, a Emgea pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

14.11.2. Após esse período, caso a Emgea não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

14.11.3. Caso a Emgea requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a Emgea deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

14.12. Disposições Gerais:

14.12.1. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

14.12.2. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a Emgea e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

14.12.3. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- I - fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- II - investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou
- III - conforme determinado por lei ou regulamentação aplicável.

14.12.4. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

14.12.5. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

14.12.6. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

15. DA ANÁLISE DE RISCOS

15.1. O Anexo IV deste Termo de Referência contém o detalhamento da análise de riscos para contratação.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.1.1. SICAF.

16.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

16.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar

com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

16.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

16.4. Habilitação jurídica:

16.4.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

16.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

16.4.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

16.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

16.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

16.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

16.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

16.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

16.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

16.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

16.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.5.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

16.5.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

16.5.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.6. Qualificação Econômico-Financeira:

16.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.6.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.6.3. A certidão, referida no subitem 16.6.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

16.6.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

16.6.5. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

16.6.6. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.6.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

16.6.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.6.9. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

16.6.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de

Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **R\$ 110.477,56 (cento e dez mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**.

16.7. Qualificação Técnica:

16.8. A licitante classificada deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter prestado de forma satisfatória serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência, na forma do art. 58, inciso II, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

16.9. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta aquisição em território nacional.

16.10. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o(s) documento(s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de que a licitante possa valer-se para manter contato com a(s) Atestante(s) - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

16.11. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is).

16.12. A licitante disponibilizará, caso solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à aquisição, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

16.13. A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

16.14. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorridos 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Na hipótese de a empresa vencedora descumprir no todo ou em parte as contrapartidas previstas, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato firmado, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a Emgea poderá, assegurado o direito da ampla e prévia defesa, aplicar as sanções, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das demais cominações legais, à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa; e
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

17.1.1. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

- a) 5% (cinco por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso, na entrega dos produtos. Após o décimo quinto dia e a critério da EMGEA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

17.2. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

17.3. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

18. DO RECEBIMENTO DOS BENS

18.1. Será designado como representante da Administração colaborador da Superintendência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Infraestrutura – Supes, para solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências e deficiências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 8 (oito) dias úteis, após a entrega e do aceite definitivo dos bens, bem com o devido ateste da nota fiscal/fatura pelo fiscal.

19.2. O pagamento será creditado em nome da empresa vencedora por meio de crédito bancário na conta corrente, agência e banco indicados na proposta do licitante vencedor.

19.3. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido do fornecedor, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

19.4. Para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS deverá ser observada a legislação vigente do Distrito Federal, em razão de ser o local da prestação dos serviços.

19.5. Para atendimento do Ajuste SINIEF nº 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 1º de novembro de 2012, a Contratada envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gesup@emgea.gov.br.

19.6. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à EMGEA informando essa

condição.

19.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria empresa vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

19.8. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento.

19.9. Nenhum pagamento será realizado pela Contratante sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da empresa vencedora.

19.10. Constatada a situação de irregularidade do fornecedor junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a empresa vencedora para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

19.11. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

19.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.13. A Emgea reserva o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.

19.14. Caso a empresa vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

20. DA GARANTIA

20.1. Garantia, manutenção e assistência técnica:

20.1.1. Os bens terão garantia de 24 meses contados a partir da entrega definitiva no local especificado neste Termo de Referência.

20.1.2. Durante o período de garantia a assistência técnica dos produtos será sem ônus para o Emgea.

20.1.3. A Assistência Técnica deverá ser prestada no local de instalação dos bens e as despesas com remoção e transporte, se necessário, correrá por conta do licitante.

20.1.4. O prazo máximo para resolução do problema será de 20 (vinte) dias. Passado este período, o licitante deverá substituir, imediatamente, por um novo.

20.1.5. O início do atendimento e da resolução da assistência técnica da garantia será a hora da comunicação feita ao licitante vencedor.

20.2. Caso haja impedimento na resolução do(s) problema(s) quando da realização do chamado técnico, ou quando o término do reparo do equipamento for superior ao tempo acordado, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente ou de superior configuração, até que seja sanado o defeito do equipamento do licitante.

21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- a) todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

haja a anuência expressa da EMGEA à continuidade do Contrato.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Classificação Contábil e Orçamentária - Aquisição de cadeiras, gaveteiros e eletrodomésticos.	
Decreto	Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026.
Rubrica Orçamentária	2.107.010.200 - AQUISIÇÃO - MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS
Item Orçamentário	1063 - AQUISIÇÃO-MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS
Conta Contábil	132.01.08 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS (Aquisição de cadeiras).
Centro de Resultado	03.02.01 - INSTITUCIONAL

24. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

24.1. O valor total estimado para esta aquisição é sigiloso.

24.2. O detalhamento dos bens, acompanhado de suas especificações técnicas, quantitativos e exigências, encontra-se devidamente descrito no Anexo I do Termo de Referência.

25. DOS ANEXOS

25.1. Anexo I – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

25.2. Anexo II – Modelo de Termo de Recebimento Provisório

25.3. Anexo III – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

25.4. Anexo IV – Matriz de Riscos

Brasília, na data de sua assinatura eletrônica.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	<p>POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE COM APOIO DE CABEÇA E BRAÇO 4D <i>(Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior)</i></p> <p>Encosto Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média mínima de 18 mm, dotado de curvatura anatômica que proporcione adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 45 mm de espessura média, tipo soft; – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 15 mm de espessura média, tipo soft. Revestimento frontal e contracapa do encosto em Cec-Stilo, fixados por grampos com acabamento zincado. Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050, curvada a quente, com posterior tratamento térmico, largura de 76,20 mm e espessura de 6,35 mm, com bordas arredondadas. Fixação do suporte ao encosto realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Fixação do encosto ao mecanismo realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas torque sextavadas flangeadas na mesma bitola.</p> <p>Apoio de Cabeça Apoio de cabeça com estrutura lateral fabricada em barra redonda de aço SAE 1213, trefilada, com 10 mm de diâmetro, e estrutura superior e inferior fabricadas em barra redonda de aço SAE 1020, trefilada, com 12 mm de diâmetro. Haste de fixação fabricada em chapa de aço NBR 6658, com 3,75 mm de espessura. União das estruturas por soldagem MIG em célula robotizada, formando conjunto estrutural único. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 30 mm de espessura média; – uma camada com densidade mínima de 27 kg/m³ e 20 mm de espessura média. Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100% poliéster ou similar superior). Fixação do apoio de cabeça ao encosto por parafusos sextavados 1/4" x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.</p> <p>Assento Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média de 18 mm. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 40 mm de espessura média; – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 20 mm de espessura média, tipo soft. Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100% poliéster ou similar superior), fixado por grampos com acabamento zincado. Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6, com reforço de 30% de fibra de vidro, fixado à madeira por parafusos. Plataforma de regulagem de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro, e chapa de regulagem fabricada em aço NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, com 6 estágios de regulagem, totalizando 50 mm de curso. Acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma. Fixação da plataforma ao assento por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas. Fixação do mecanismo à plataforma por parafusos sextavados Classe 8.8, na bitola M8, em furos roscados M8.</p> <p>Braços Apoios de braço 4D, em poliuretano injetado soft touch, com regulagem de</p>	UN	5		

altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal.
Estrutura fabricada em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, com 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.
Fixação dos braços ao assento por 3 parafusos Philips ¼" x 20 ffp e porcas sextavadas ¼" x 20 ffp, inseridas sob pressão nos calços de apoio.

Mecanismo
Mecanismo do tipo Relax Synchron, com 18° de curso, divididos em 3 estágios de regulagem, permitindo inclinação sincronizada do assento e encosto, com travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação.
Dotado de sistema anti-impacto, ajuste de tensão da mola por manípulo frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação e altura.
Sistema de encaixe da coluna por cone Morse.

Coluna
Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede.
Sistema de giro com rolamento/mancal axial, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal em poliacetal recalibrada na montagem.
Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada.
Montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.

Base
Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, com esfera metálica interna.
Banda de rolagem em nylon para carpetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros.
Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico.
Sistema de montagem da coluna à base por encaixe cone Morse.

Acabamento
Componentes metálicos pintados com tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, em linha automática contínua, sem uso de produtos clorados, com tratamento de efluentes conforme normas ambientais.
Pintura em pó híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, conforme RoHS, com espessura média de 60 microns, curada em estufa a 200 °C.

DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:
Altura Total da Cadeira: 1230 - 1345 mm; Profundidade Total da Cadeira: 735 - 960 mm; Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 750 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm.

POLTRONA OPERACIONAL COM APOIO DE CABEÇA
(Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior)

Encosto
Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica que possibilite a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário.
Revestimento em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe com perfil, na cor cinza.
Suporte do encosto fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem automática de altura por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero.
A fixação do suporte do encosto à estrutura do encosto deve ser realizada por parafusos máquina Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura e no suporte do encosto.
A fixação do conjunto encosto e suporte ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼" x 20 ffp, com porcas torque sextavadas flangeadas na bitola ¼" x 20 ffp.

Assento
Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média, dotado de curvatura frontal destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea.
Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média.
Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado.
Carenagem do assento fabricada em polipropileno copolímero injetado, texturizado, na cor preta, montada por parafusos Phillips, possibilitando futuras manutenções.

A fixação do assento ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do assento.

Apoio de Cabeça

Sistema de fixação do apoio de cabeça composto por clip interno e clip externo, fabricados em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, fixados à estrutura do encosto por sistema de encaixe, com união do conjunto realizada por parafuso Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm. Suporte de sustentação do apoio de cabeça fabricado em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, com 5 posições de regulagem automática de altura, totalizando 40 mm de curso, fixado ao conjunto de suporte por encaixe, permitindo ajuste pelo usuário sem utilização de botões ou gatilhos.

Carenagem do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, na cor preta, fixada ao suporte por parafusos Phillips cabeça chata para plástico, na bitola 4,0 mm.

Estrutura interna do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, fixada à carenagem por sistema de encaixe.

Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade entre 30 e 37 kg/m³ e 25 mm de espessura média.

Revestimento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado.

Apoio Lombar

- 2 Apoio lombar injetado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem fabricado em poliamida 6.0, permitindo 40 mm de curso total.

UN

13

Braços

Apoios de braço fabricados em poliuretano injetado soft touch, na cor preta, com regulagem de altura acionada por gatilho frontal.

Corpo e estrutura de sustentação fabricados em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro, na cor cinza, com 8 posições de regulagem de altura e 80 mm de curso.

A fixação dos braços ao assento deve ser realizada por parafuso sextavado interno tipo Allen, na bitola M8, passo 1,25 mm, fixado em furo roscado M8, passo 1,25 mm, na travessa de reforço do assento.

Mecanismo

Mecanismo do tipo Synchron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação.

Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário.

Possui ajuste de tensão da mola por manipulador frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação do conjunto encosto/assento e para regulagem da altura do assento.

Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°.

Sistema de acoplamento da coluna por encaixe tipo cone Morse.

Coluna

Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,00 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede.

Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem.

Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes.

Montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.

Base

Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes, injetada em poliamida 6.6 com 30% de reforço de fibra de vidro, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, na cor preta, dotados de esfera metálica interna.

Banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares.

Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação.

Sistema de montagem da coluna à base por encaixe tipo cone Morse.

Acabamento

Os componentes metálicos pintados devem receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha automática contínua, sem utilização de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes. Pintura em pó do tipo híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, atendendo à norma europeia RoHS, com camada média de 60 microns de espessura, curada em estufa com esteira de movimentação contínua à

	<p>temperatura de 200 °C, nas cores disponíveis para a linha.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1175-1400 mm;</p> <p>Largura Total da Cadeira: 700 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-1025 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da</p> <p>Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm; Altura do apoio de cabeça: 165 mm; Largura do apoio de cabeça: 335 mm.</p> <p>Densidade Assento/Encosto: 30 a 37 Kg/m³, tipo soft, ou equivalente superior em densidade e conforto.</p>				
<p>GRUPO</p> <p>1</p>	<p>POLTRONA PARA SALA DE REUNIÃO COM ESTRUTURA</p> <p><i>(Referência técnica para similaridade ou qualidade superior)</i></p> <p>Encosto</p> <p>Fabricado com estrutura externa confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência. Estrutura interna confeccionada em polipropileno copolímero injetado flexível de alta resistência, fixada à estrutura externa por sistema de encaixe.</p> <p>Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 25 mm de espessura média. Acabamento traseiro interno em espuma expandida/laminada, isenta de CFC, com densidade de 33 kg/m³ e 12 mm de espessura média.</p> <p>Suporte do encosto confeccionado em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura, totalizando 65 mm de curso, com acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à carenagem do encosto.</p> <p>Não serão aceitos sistemas de regulagem por catracas livres, cremalheiras livres ou mecanismos de rosqueamento, por não atenderem aos requisitos mínimos de estabilidade e segurança funcional.</p> <p>Revestimento do encosto em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher.</p> <p>A fixação do suporte do encosto ao encosto deverá ser realizada por sistema de encaixe tipo "click", sendo o conjunto posteriormente fixado ao mecanismo da cadeira por parafuso Allen sextavado interno, na bitola ¼" x 20 fpp, em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de furo roscado na bitola ¼" x 20 fpp.</p> <p>Assento</p> <p>Estrutura confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência, atuando como elemento estrutural e de acabamento. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 70 mm de espessura média, montada sem utilização de cola.</p> <p>Travessa de reforço e fixação dos braços confeccionada em chapa de aço estrutural com 4,75 mm de espessura. Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher.</p> <p>A fixação do assento à chapa metálica de reforço deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, na bitola ¼" x 20 fpp.</p> <p>Possuir regulagem de profundidade confeccionada em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de 6 estágios de regulagem e curso total de 50 mm, montada por sistema de encaixe na carenagem do assento. O acionamento deverá ser realizado por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma de regulagem do assento.</p> <p>A fixação do mecanismo na chapa de regulagem de profundidade deverá ser feita por parafuso sextavado classe 8.8, na bitola M8, em furo roscado na chapa na bitola M8, com passo 1,25 mm.</p> <p>Braços</p> <p>Apoia-braços e corpo do braço injetados em polipropileno copolímero de alta resistência, com regulagem de altura e de distância lateral entre os braços. Estrutura confeccionada em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura e 90 mm de curso, com acionamento por botão lateral injetado em poliamida 6.0, dotado de função porta bolsa/sacola, com capacidade mínima de suporte de 20 kg.</p> <p>O encaixe de fixação do braço ao assento deverá ser integrado à estrutura, permitindo ajuste horizontal por manípulo injetado em poliamida 6.0, de fácil manuseio, com 30 mm de curso em cada lado, totalizando 60 mm de regulagem lateral entre os braços.</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo do tipo Sincron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer um dos estágios. Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário, evitando impactos indesejados, ou</p>	<p>UN</p>	<p>83</p>		

possibilitando relax livre com flutuação contínua.

Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal, bem como alavancas de comando independentes para regulagem de inclinação do encosto/assento e regulagem de altura do assento. Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.

Coluna

Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada durante a montagem.

Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes. Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.

Base

Base giratória desmontável, com aranha injetada em poliamida 6.6, reforçada com 30% de fibra de vidro, composta por 5 hastes, na cor preta. Apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares.

A montagem do rodízio na base deverá ser realizada por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico em aço, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe tipo cone Morse.

Acabamento

Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.

A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.

DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:

Altura Total da Cadeira: 990-1165 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-920 mm; Largura Total da Cadeira: 700 mm; Extensão Vertical do Encosto: 610 mm; Largura do Encosto: 450 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 475 mm; Largura do Assento: 500 mm; Altura do Assento: 450-565 mm.

CADEIRA OPERACIONAL TIPO STAFF COM ENCOSTO
(Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)

Encosto

Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica, de modo a permitir a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, proporcionando melhor adaptação à coluna vertebral do usuário.

Revestimento do encosto em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe mediante perfil, na cor cinza.

A fixação da estrutura do encosto ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, cabeça panela, para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura do encosto e no respectivo suporte.

Apoio Lombar

Apoio lombar confeccionado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem igualmente injetado em poliamida 6.0, proporcionando curso total de 40 mm, permitindo ajuste ergonômico adequado ao usuário.

Assento

Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média. Possuir curvatura na região frontal, destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas do usuário.

Espuma expandida/laminada AP, em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média.

Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, em tom a definir.

Carenagem do assento injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, montada por parafusos Phillips, facilitando futuras

manutenções.

A fixação do assento ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitas na madeira do assento.

Braços

Apoia-braços e corpo do braço confeccionados em polipropileno copolímero injetado, com acabamento texturizado na cor preta. Estrutura vertical em formato de "L", fabricada em chapa de aço estrutural ASTM A36, com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, com pintura de proteção superficial. Possuir 7 posições de regulagem de altura, acionadas por botão injetado em poliamida 6.0, totalizando 85 mm de curso.

A estrutura vertical em "L" deverá possuir 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por meio de parafusos, com curso de 25 mm em cada braço, durante a montagem do conjunto ao assento.

A fixação dos braços ao assento deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitas na madeira do assento.

Mecanismo

Mecanismo com sistema de regulagem do encosto composto por 6 lâminas de frenagem, com estrutura monobloco, soldada por processo MIG em célula robotizada. Assento fixo, com inclinação fixa de 3°, possuindo duas furações para fixação do assento, com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm.

Suporte do encosto com regulagem de altura automática, fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem, por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero.

- 4 Inclinação do encosto com 20° de curso semicircular, acionada por alavanca, permitindo infinitas posições, dotada de molas para retorno automático e ajuste automático da frenagem do reclinador.

UN 322

A alavanca de travamento deverá possuir duplo modo de acionamento, permitindo tanto regulagem fina com acionamento contínuo quanto liberação do movimento livre do encosto, até o retorno à posição neutra para frenagem. Acionamento da coluna a gás realizado por alavanca independente, injetada em poliacetal. O mecanismo deverá possuir peça plástica de acabamento e proteção das lâminas, confeccionada em polipropileno copolímero, na cor preta. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.

Coluna

Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem.

Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás, conforme DIN EN 16955 – Classe 4, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes.

Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, composta por 3 partes encaixadas, destinada à proteção da coluna. Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.

Base

Base giratória desmontável, composta por aranha de 5 hastes, fabricada em tubos de aço SAE 1010/1020, seção retangular 20 x 30 mm, com 1,50 mm de espessura de parede, soldadas a cone central fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede.

Pino do rodízio fabricado em barra de aço trefilado SAE 1213, redondo, com 10 mm de diâmetro, soldado na extremidade da haste por sistema flangeado, evitando desprendimentos. Base recoberta por capa em polipropileno copolímero, na cor cinza, com sistema de encaixe plástico entre o cone da aranha e a coluna.

Apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo, com 50 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de capa e esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon para carpetes, tapetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros, amadeirados ou com revestimento vinílico.

A montagem do rodízio deverá ser realizada diretamente sobre o pino soldado, sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna por encaixe tipo cone Morse.

Acabamento

Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.

A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com

	<p>resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 990-1175 mm; Largura Total da Cadeira: 660 mm; Profundidade Total da Cadeira: 660-780 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm.</p> <p>Observação Final: O produto deve estar em total conformidade com as exigências de ergonomia da NR-17 e normas técnicas da ABNT para cadeiras de escritório (NBR 13962).</p>				
5	<p>CADEIRA PARA REFEITÓRIO (Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)</p> <p>Cadeira fabricada em polipropileno (PP) de alto impacto, reforçado com fibra de vidro, produzida por processo de injeção termoplástica, preferencialmente assistida a gás, constituída em peça monobloco, sem emendas estruturais.</p> <p>O material deverá conter aditivação contra raios ultravioleta (UV), permitindo uso em ambientes internos e externos, com resistência ao desbotamento, ressecamento e degradação do polímero.</p> <p>A estrutura deverá ser projetada para suportar carga estática mínima de 154 kg, assegurando estabilidade e segurança ao usuário.</p> <p>O produto deverá ser homologado pelo INMETRO, em conformidade com a ABNT NBR 14776 – Cadeiras Plásticas Monobloco, ou norma que venha a substituí-la.</p> <p>Deverá apresentar design ergonômico e anatômico, adequado ao uso em refeitórios e áreas de alimentação coletiva, sendo leve, resistente, de fácil higienização e empilhável, possibilitando otimização de espaço e facilidade de armazenamento.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total 780 mm - 820 mm, Largura Total 450 mm - 500 mm, Profundidade Total.</p>	UN	48		
VALOR TOTAL					

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Brasília-DF, XX de XXXX de 2026.

OBJETO: Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste instrumento.

Nos termos da Autorização de Fornecimento nº ____/20XX, Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20XX, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório, referente à entrega dos bens descritos na Nota Fiscal/Fatura de nº ____ pela empresa _____, vencedora do certame.

EMGEA

Representante da Licitante Vencedora
Razão Social e CNPJ

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Brasília-DF, XX de XXXX de 2026.

OBJETO: Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos constantes neste instrumento.

Nos termos da Autorização de Fornecimento nº ____/20XX, Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20XX, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo, referente à entrega dos bens descritos na Nota Fiscal/Fatura de nº ____ pela empresa _____, vencedora do certame.

EMGEA

Representante da Licitante Vencedora
Razão Social e CNPJ

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

MATRIZ DE RISCOS

EVENO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Execução de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações; § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Políticas, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Termo de Consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais, Sigilo e Responsabilidade. § Código de Ética, Integridade e Conduta, disponível no site da Emgea, aplicável as empresas prestadoras de serviços	ALTO	MÉDIO
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Penalidades e sanções administrativas	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	MÉDIO	ALTO
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas. § Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	MÉDIO	ALTO
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas internas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Políticas e normas e procedimentos internos.	MÉDIO	ALTO
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações do fabricante. § Monitoramento do ambiente regulatório.	MÉDIO	MÉDIO
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Realização de um novo procedimento licitatório. § Prestação de serviços interrompida ou não conclusão de serviços.	§ Instrumentos contratuais a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	MÉDIO	MÉDIO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções § Roubo ou sequestro de dados pessoais. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	MÉDIO	MÉDIO
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Indisponibilidade parcial ou total da prestação dos serviços. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	MÉDIO	MÉDIO
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. § Indisponibilidade parcial ou total de sistemas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	MÉDIO	MÉDIO
Perda de documentos e registros pelo prestador de serviço	Risco de terceiro	§ Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas § Penalidades e sanções.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	MÉDIO	ALTO
Falha de tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. § Roubo, perda ou alteração de dados pessoais.	§ Instrumentos contratuais com cláusulas relativas à LGPD. § Fiscais de contratos.	MÉDIO	ALTO
Furto/roubo de bens ou valores	Risco de terceiro	§ Furto/roubo ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Monitoramento CFTV.	BAIXO	ALTO
Uso indevido da informação	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Trilhas de auditoria nos serviços e servidores de TI.	MÉDIO	ALTO
Apropriação indebita	Risco de terceiro	§ Apropriação de equipamentos ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores. § Penalidades e sanções administrativas. § Inobservância de normas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Supervisão da Emgea sobre os motoristas da Contratada. § Monitoramento CFTV. § Código de Ética, Integridade e Conduta, disponível no site da Emgea, aplicável as empresas prestadoras de serviços	MÉDIO	MÉDIO
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento. § Penalidades e sanções administrativas. § Inobservância de normas internas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Código de Ética, Integridade e Conduta, disponível no site da Emgea, aplicável as empresas prestadoras de serviços §	MÉDIO	ALTO
Ações judiciais movidas por fornecedores ou prestadores de serviços	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções administrativas. § Inobservância de normas internas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Fiscais de contratos.	BAIXA	MÉDIO

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

A **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, conforme autorização prevista no art. 7º da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, de 13 de março de 2025, com sede no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 02, Bloco J, 4, 5, 7, 8 e 10 andares, Edifício Carlton Tower, Asa Sul Brasília/DF, CEP: 70070-120, cadastrada sob o CNPJ/MF nº 04.527.335/0001-13 e Inscrição Estadual nº 07.423.948/001-92, representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. FERNANDO DAMATA PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº. 1.***.***0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. ***.845.316-**, residente em Belo Horizonte/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 154, com prazo de gestão unificado de 24 de dezembro de 2025 a 8 de abril de 2027, e Termo de Posse de 24 de dezembro de 2025, e pelo Diretor de Administração, **Sr. MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS**, brasileiro, divorciado, Graduado em Ciências Sociais, portador da Carteira de Identidade nº. 6.***.***3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. ***.583.536-**, residente em Juiz de Fora/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 140 da Reunião Extraordinária realizada em 9 de abril de 2025, e Termo de Posse de 9 de abril de 2025, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado, cadastrada(o) no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida(o) na, bairro, CEP:, neste ato representada(o) pelo Sr., portadora(o) do CPF nº e do RG, daqui por diante denominada(o) **CONTRATADA(O)**, resolvem celebrar o presente Contrato, para atender às necessidades da **CONTRATANTE**, em conformidade com o que consta do **Processo SEI nº 10034.001634/2026-93** referente ao **Pregão Eletrônico nº 0003/2026**, que tem por objeto a aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos, com fundamento na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme condições previstas neste Contrato e seus anexos, vinculados ao **Edital do Pregão nº 0003/2026**, passando a proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de cadeiras destinadas ao atendimento das necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, contemplando a entrega, montagem e garantia dos mobiliários, pelo período e nas condições estabelecidas, conforme especificações técnicas, exigências, quantitativos e prazos para atender a Empresa Gestora de Ativos S.A. Emgea.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem como objeto a **aquisição de 471 (quatrocentas e setenta e uma) unidades de mobiliário**, compreendendo cadeiras de escritório e assentos para áreas comuns, destinados a atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos S.A. — Emgea. O fornecimento contempla a entrega, a montagem e a garantia dos materiais, devendo observar rigorosamente os parâmetros de ergonomia da **NR-17** e as normas técnicas da **ABNT (NBR 13962 e NBR 14776)**, de modo a garantir o bem-estar, o conforto e a segurança dos usuários, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO
	POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE COM APOIO DE CABEÇA E BRAÇO 4D (Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior) Encosto Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média mínima de 18 mm, dotado de curvatura anatômica que proporcione adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 45 mm de espessura média, tipo soft; – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 15 mm de espessura média, tipo soft. Revestimento frontal e contracapa do encosto em Cec-Stilo, fixados por grampos com acabamento zincado. Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050, curvada a quente, com posterior tratamento térmico, largura de 76,20 mm e espessura de 6,35 mm, com bordas arredondadas. Fixação do suporte ao encosto realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitas na madeira. Fixação do encosto ao mecanismo realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼” x 20 fpp, com porcas torque sextavadas flangeadas na mesma bitola. Apoio de Cabeça Apoio de cabeça com estrutura lateral fabricada em barra redonda de aço SAE 1213, trefilada, com 10 mm de diâmetro, e estrutura superior e inferior fabricadas em barra redonda de aço SAE 1020, trefilada, com 12 mm de diâmetro. Haste de fixação fabricada em chapa de aço NBR 6658, com 3,75 mm de espessura. União das estruturas por soldagem MIG em célula robotizada, formando conjunto estrutural único. Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo: – uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 30 mm de espessura média; – uma camada com densidade mínima de 27 kg/m³ e 20 mm de espessura média. Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100%			

1	<p>poliéster ou similar superior).</p> <p>Fixação do apoio de cabeça ao encosto por parafusos sextavados 1/4" x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.</p> <p>Assento</p> <p>Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média de 18 mm.</p> <p>Estofamento composto por espuma de poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – uma camada com densidade mínima de 31 kg/m³ e 40 mm de espessura média; – uma camada com densidade mínima de 26 kg/m³ e 20 mm de espessura média, tipo soft. <p>Revestimento em Cec-Stilo (sintético de alta qualidade, composto por 100% poliéster ou similar superior), fixado por grampos com acabamento zincado.</p> <p>Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6, com reforço de 30% de fibra de vidro, fixado à madeira por parafusos.</p> <p>Plataforma de regulagem de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro, e chapa de regulagem fabricada em aço NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, com 6 estágios de regulagem, totalizando 50 mm de curso.</p> <p>Acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma.</p> <p>Fixação da plataforma ao assento por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitadas.</p> <p>Fixação do mecanismo à plataforma por parafusos sextavados Classe 8.8, na bitola M8, em furos roscados M8.</p> <p>Braços</p> <p>Apoios de braço 4D, em poliuretano injetado soft touch, com regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal.</p> <p>Estrutura fabricada em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, com 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.</p> <p>Fixação dos braços ao assento por 3 parafusos Philips 1/4" x 20 fpp e porcas sextavadas 1/4" x 20 fpp, inseridas sob pressão nos calços de apoio.</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo do tipo Relax Sincron, com 18° de curso, divididos em 3 estágios de regulagem, permitindo inclinação sincronizada do assento e encosto, com travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação.</p> <p>Dotado de sistema anti-impacto, ajuste de tensão da mola por manípulo frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação e altura.</p> <p>Sistema de encaixe da coluna por cone Morse.</p> <p>Coluna</p> <p>Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede.</p> <p>Sistema de giro com rolamento/mancal axial, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal em poliacetal recalibrada na montagem.</p> <p>Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada.</p> <p>Montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.</p> <p>Base</p> <p>Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, com esfera metálica interna.</p> <p>Banda de rolagem em nylon para carpetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros.</p> <p>Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico.</p> <p>Sistema de montagem da coluna à base por encaixe cone Morse.</p> <p>Acabamento</p> <p>Componentes metálicos pintados com tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, em linha automática contínua, sem uso de produtos clorados, com tratamento de efluentes conforme normas ambientais.</p> <p>Pintura em pó híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, conforme RoHS, com espessura média de 60 microns, curada em estufa a 200 °C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1230 - 1345 mm; Profundidade Total da Cadeira: 735 - 960 mm; Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 750 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm.</p>	UN	5	
	<p>POLTRONA OPERACIONAL COM APOIO DE CABEÇA</p> <p><i>(Especificações de referência: Similaridade ou Qualidade Superior)</i></p> <p>Encosto</p> <p>Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica que possibilite a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, favorecendo a adaptação à coluna vertebral do usuário.</p>			

	<p>Revestimento em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe com perfil, na cor cinza.</p> <p>Suporte do encosto fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem automática de altura por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero.</p> <p>A fixação do suporte do encosto à estrutura do encosto deve ser realizada por parafusos máquina Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura e no suporte do encosto.</p> <p>A fixação do conjunto encosto e suporte ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas torque sextavadas flangeadas na bitola 1/4" x 20 fpp.</p> <p>Assento</p> <p>Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média, dotado de curvatura frontal destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea.</p> <p>Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média.</p> <p>Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado.</p> <p>Carenagem do assento fabricada em polipropileno copolímero injetado, texturizado, na cor preta, montada por parafusos Phillips, possibilitando futuras manutenções.</p> <p>A fixação do assento ao mecanismo deve ser realizada por parafusos sextavados Grau 5 SAE J429, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4" x 20 fpp, com porcas de garra encravadas e rebitas na madeira do assento.</p> <p>Apoio de Cabeça</p> <p>Sistema de fixação do apoio de cabeça composto por clip interno e clip externo, fabricados em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, fixados à estrutura do encosto por sistema de encaixe, com união do conjunto realizada por parafuso Phillips cabeça panela para plástico, na bitola 5,0 mm.</p> <p>Suporte de sustentação do apoio de cabeça fabricado em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro, com 5 posições de regulagem automática de altura, totalizando 40 mm de curso, fixado ao conjunto de suporte por encaixe, permitindo ajuste pelo usuário sem utilização de botões ou gatilhos.</p> <p>Carenagem do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, na cor preta, fixada ao suporte por parafusos Phillips cabeça chata para plástico, na bitola 4,0 mm.</p> <p>Estrutura interna do apoio de cabeça fabricada em polipropileno copolímero injetado, fixada à carenagem por sistema de encaixe.</p> <p>Estofamento em espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade entre 30 e 37 kg/m³ e 25 mm de espessura média.</p> <p>Revestimento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m², resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, aspecto bouclé, em tom a definir, fixado por grampos com acabamento zincado.</p>		
2	<p>Apoio Lombar</p> <p>Apoio lombar injetado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem fabricado em poliamida 6.0, permitindo 40 mm de curso total.</p> <p>Braços</p> <p>Apoios de braço fabricados em poliuretano injetado soft touch, na cor preta, com regulagem de altura acionada por gatilho frontal.</p> <p>Corpo e estrutura de sustentação fabricados em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro, na cor cinza, com 8 posições de regulagem de altura e 80 mm de curso.</p> <p>A fixação dos braços ao assento deve ser realizada por parafuso sextavado interno tipo Allen, na bitola M8, passo 1,25 mm, fixado em furo roscado M8, passo 1,25 mm, na travessa de reforço do assento.</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo do tipo Sincron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer estágio ou relax livre com flutuação. Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário.</p> <p>Possui ajuste de tensão da mola por manípulo frontal e alavancas independentes para regulagem de inclinação do conjunto encosto/assento e para regulagem da altura do assento.</p> <p>Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°.</p> <p>Sistema de acoplamento da coluna por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Coluna</p> <p>Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,00 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede.</p> <p>Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem.</p> <p>Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida</p>	UN	13

<p>montada, em razão da compressão dos componentes. Montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Base Base giratória desmontável, com aranha de 5 hastes, injetada em poliamida 6.6 com 30% de reforço de fibra de vidro, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, em nylon, na cor preta, dotados de esfera metálica interna. Banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares. Fixação dos rodízios por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação. Sistema de montagem da coluna à base por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Acabamento Os componentes metálicos pintados devem receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha automática contínua, sem utilização de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes. Pintura em pó do tipo híbrida (poliéster-epóxi), isenta de metais pesados, atendendo à norma europeia RoHS, com camada média de 60 microns de espessura, curada em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200 °C, nas cores disponíveis para a linha.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 1175-1400 mm; Largura Total da Cadeira: 700 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-1025 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm; Altura do apoio de cabeça: 165 mm; Largura do apoio de cabeça: 335 mm.</p> <p>Densidade Assento/Encosto: 30 a 37 Kg/m³, tipo soft, ou equivalente superior em</p>			
<p>densidade e conforto.</p> <p>POLTRONA PARA SALA DE REUNIÃO COM ESTRUTURA <i>(Referência técnica para similaridade ou qualidade superior)</i></p> <p>Encosto Fabricado com estrutura externa confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência. Estrutura interna confeccionada em polipropileno copolímero injetado flexível de alta resistência, fixada à estrutura externa por sistema de encaixe. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 25 mm de espessura média. Acabamento traseiro interno em espuma expandida/laminada, isenta de CFC, com densidade de 33 kg/m³ e 12 mm de espessura média. Suporte do encosto confeccionado em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura, totalizando 65 mm de curso, com acionamento por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à carenagem do encosto. Não serão aceitos sistemas de regulagem por catracas livres, cremalheiras livres ou mecanismos de rosqueamento, por não atenderem aos requisitos mínimos de estabilidade e segurança funcional. Revestimento do encosto em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher. A fixação do suporte do encosto ao encosto deverá ser realizada por sistema de encaixe tipo "click", sendo o conjunto posteriormente fixado ao mecanismo da cadeira por parafuso Allen sextavado interno, na bitola ¼" x 20 fpp, em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de furo roscado na bitola ¼" x 20 fpp.</p> <p>Assento Estrutura confeccionada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência, atuando como elemento estrutural e de acabamento. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 45 e 55 kg/m³ e 70 mm de espessura média, montada sem utilização de cola. Travessa de reforço e fixação dos braços confeccionada em chapa de aço estrutural com 4,75 mm de espessura. Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, com cor a escolher. A fixação do assento à chapa metálica de reforço deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, na bitola ¼" x 20 fpp. Possuir regulagem de profundidade confeccionada em chapa de aço conforme NBR 6658, com 4,75 mm de espessura, dotada de 6 estágios de regulagem e curso total de 50 mm, montada por sistema de encaixe na carenagem do assento. O acionamento deverá ser realizado por gatilho injetado em poliamida 6.0, integrado à plataforma de regulagem do assento.</p>			

3	<p>A fixação do mecanismo na chapa de regulagem de profundidade deverá ser feita por parafuso sextavado classe 8.8, na bitola M8, em furo roscado na chapa na bitola M8, com passo 1,25 mm.</p> <p>Braços</p> <p>Apoia-braços e corpo do braço injetados em polipropileno copolímero de alta resistência, com regulagem de altura e de distância lateral entre os braços. Estrutura confeccionada em poliamida 6.6, reforçada com 35% de fibra de vidro, possuindo 8 posições de regulagem de altura e 90 mm de curso, com acionamento por botão lateral injetado em poliamida 6.0, dotado de função porta bolsa/sacola, com capacidade mínima de suporte de 20 kg.</p> <p>O encaixe de fixação do braço ao assento deverá ser integrado à estrutura, permitindo ajuste horizontal por manípulo injetado em poliamida 6.0, de fácil manuseio, com 30 mm de curso em cada lado, totalizando 60 mm de regulagem lateral entre os braços.</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo do tipo Sincron, com 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e do encosto, permitindo travamento em qualquer um dos estágios. Dotado de sistema anti-impacto, que libera o encosto somente mediante leve pressão das costas do usuário, evitando impactos indesejados, ou possibilitando relax livre com flutuação contínua.</p> <p>Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal, bem como alavancas de comando independentes para regulagem de inclinação do encosto/assento e regulagem de altura do assento. Assento com regulagem de profundidade e inclinação regulável entre -2° e -7°. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.</p> <p>Coluna</p> <p>Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada durante a montagem.</p> <p>Sistema de regulagem de altura por mola a gás conforme DIN EN 16955, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes. Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Base</p> <p>Base giratória desmontável, com aranha injetada em poliamida 6.6, reforçada com 30% de fibra de vidro, composta por 5 hastes, na cor preta. Apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento, com 65 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon, adequada para uso em carpetes, tapetes e superfícies similares.</p> <p>A montagem do rodízio na base deverá ser realizada por pino em aço SAE 1010/1020, com 11 mm de diâmetro, dotado de anel elástico em aço, permitindo montagem direta sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Acabamento</p> <p>Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.</p> <p>A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 990-1165 mm; Profundidade Total da Cadeira: 700-920 mm; Largura Total da Cadeira: 700 mm; Extensão Vertical do Encosto: 610 mm; Largura do Encosto: 450 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 475 mm; Largura do Assento: 500 mm; Altura do Assento: 450-565 mm.</p>	UN	83	
	<p>CADEIRA OPERACIONAL TIPO STAFF COM ENCOSTO <i>(Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)</i></p> <p>Encosto</p> <p>Encosto com estrutura de sustentação injetada em poliamida 6.0, reforçada com 30% de fibra de vidro, dotada de curvatura anatômica, de modo a permitir a adequada acomodação das regiões dorsal e lombar, proporcionando melhor adaptação à coluna vertebral do usuário.</p> <p>Revestimento do encosto em tela 100% poliéster, fixada à estrutura de sustentação por sistema de encaixe mediante perfil, na cor cinza.</p> <p>A fixação da estrutura do encosto ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos máquina Phillips, cabeça panela, para plástico, na bitola 5,0 mm, fixados diretamente na estrutura do encosto e no respectivo suporte.</p> <p>Apoio Lombar</p>			

4	<p>Apoio lombar confeccionado em poliamida 6.0, com regulagem de altura, montado sobre suporte de regulagem igualmente injetado em poliamida 6.0, proporcionando curso total de 40 mm, permitindo ajuste ergonômico adequado ao usuário.</p> <p>Assento</p> <p>Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 15 mm de espessura média. Possuir curvatura na região frontal, destinada a evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas do usuário.</p> <p>Espuma expandida/laminada AP, em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada entre 30 e 37 kg/m³ e 60 mm de espessura média.</p> <p>Revestimento do assento em tecido 100% poliéster, com gramatura mínima de 650 g/m² e resistência à abrasão superior a 40.000 ciclos, fixado por grampos com acabamento zincado. Tecido com aspecto bouclé, em tom a definir.</p> <p>Carenagem do assento injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, montada por parafusos Phillips, facilitando futuras manutenções.</p> <p>A fixação do assento ao mecanismo deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola ¼" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitas na madeira do assento.</p> <p>Braços</p> <p>Apoia-braços e corpo do braço confeccionados em polipropileno copolímero injetado, com acabamento texturizado na cor preta. Estrutura vertical em formato de "L", fabricada em chapa de aço estrutural ASTM A36, com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, com pintura de proteção superficial.</p> <p>Possuir 7 posições de regulagem de altura, acionadas por botão injetado em poliamida 6.0, totalizando 85 mm de curso.</p> <p>A estrutura vertical em "L" deverá possuir 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por meio de parafusos, com curso de 25 mm em cada braço, durante a montagem do conjunto ao assento.</p> <p>A fixação dos braços ao assento deverá ser realizada por parafusos sextavados Grau 5, conforme SAE J429, do tipo flangeado, com trava mecânica no flange, na bitola ¼" x 20 fpp, utilizando porcas de garra, encravadas e rebitas na madeira do assento.</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo com sistema de regulagem do encosto composto por 6 lâminas de frenagem, com estrutura monobloco, soldada por processo MIG em célula robotizada. Assento fixo, com inclinação fixa de 3°, possuindo duas furações para fixação do assento, com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm.</p> <p>Suporte do encosto com regulagem de altura automática, fabricado em aço estrutural, com 6,35 mm de espessura, permitindo 7 posições de regulagem, por sistema de catraca, totalizando 70 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero.</p> <p>Inclinação do encosto com 20° de curso semicircular, acionada por alavanca, permitindo infinitas posições, dotada de molas para retorno automático e ajuste automático da frenagem do reclinador.</p> <p>A alavanca de travamento deverá possuir duplo modo de acionamento, permitindo tanto regulagem fina com acionamento contínuo quanto liberação do movimento livre do encosto, até o retorno à posição neutra para frenagem.</p> <p>Acionamento da coluna a gás realizado por alavanca independente, injetada em poliacetal. O mecanismo deverá possuir peça plástica de acabamento e proteção das lâminas, confeccionada em polipropileno copolímero, na cor preta. Possuir sistema de encaixe da coluna por cone Morse.</p> <p>Coluna</p> <p>Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dotada de rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência e bucha mancal de giro injetada em poliacetal, recalibrada na montagem.</p> <p>Sistema de regulagem de altura por coluna de mola a gás, conforme DIN EN 16955 – Classe 4, com 115 mm de curso nominal, admitida tolerância de ± 5 mm quando medida montada, em razão da compressão dos componentes.</p> <p>Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero, com acabamento texturizado na cor preta, composta por 3 partes encaixadas, destinada à proteção da coluna.</p> <p>Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Base</p> <p>Base giratória desmontável, composta por aranha de 5 hastes, fabricada em tubos de aço SAE 1010/1020, seção retangular 20 x 30 mm, com 1,50 mm de espessura de parede, soldadas a cone central fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020, redondo, com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede.</p> <p>Pino do rodízio fabricado em barra de aço trefilado SAE 1213, redondo, com 10 mm de diâmetro, soldado na extremidade da haste por sistema flangeado, evitando desprendimentos. Base recoberta por capa em polipropileno copolímero, na cor cinza, com sistema de encaixe plástico entre o cone da aranha e a coluna.</p> <p>Apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo, com 50 mm de diâmetro, confeccionados em nylon, dotados de capa e esfera metálica inserida na estrutura para facilitar o giro, com banda de rolagem em nylon para carpetes, tapetes e similares, ou em poliuretano para pisos duros, amadeirados ou com revestimento vinílico.</p>	UN	322
---	---	----	-----

	<p>A montagem do rodízio deverá ser realizada diretamente sobre o pino soldado, sem utilização de buchas de adaptação. Possuir sistema de montagem da coluna por encaixe tipo cone Morse.</p> <p>Acabamento</p> <p>Os componentes metálicos pintados deverão receber tratamento de superfície por banho nanocerâmico bimetalico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, com posterior tratamento de efluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes, assegurando proteção contra corrosão e adequada ancoragem da tinta.</p> <p>A pintura deverá ser realizada com tinta em pó híbrida (poliéster-epóxi), com resistência à radiação e resistência química, W-eco, atendendo à Diretiva Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua, à temperatura de 200 °C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 990-1175 mm; Largura Total da Cadeira: 660 mm; Profundidade Total da Cadeira: 660-780 mm; Extensão Vertical do Encosto: 565 mm; Largura do Encosto: 470 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 480 mm; Largura do Assento: 495 mm.</p> <p>Observação Final: O produto deve estar em total conformidade com as exigências de ergonomia da NR-17 e normas técnicas da ABNT para cadeiras de escritório (NBR 13962).</p>			
5	<p>CADEIRA PARA REFEITÓRIO (Especificação Técnica: Referência de Desempenho para Qualidade Igual ou Superior)</p> <p>Cadeira fabricada em polipropileno (PP) de alto impacto, reforçado com fibra de vidro, produzida por processo de injeção termoplástica, preferencialmente assistida a gás, constituída em peça monobloco, sem emendas estruturais.</p> <p>O material deverá conter aditivação contra raios ultravioleta (UV), permitindo uso em ambientes internos e externos, com resistência ao desbotamento, ressecamento e degradação do polímero.</p> <p>A estrutura deverá ser projetada para suportar carga estática mínima de 154 kg, assegurando estabilidade e segurança ao usuário.</p> <p>O produto deverá ser homologado pelo INMETRO, em conformidade com a ABNT NBR 14776 – Cadeiras Plásticas Monobloco, ou norma que venha a substituí-la.</p> <p>Deverá apresentar design ergonômico e anatômico, adequado ao uso em refeitórios e áreas de alimentação coletiva, sendo leve, resistente, de fácil higienização e empilhável, possibilitando otimização de espaço e facilidade de armazenamento.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total 780 mm - 820 mm, Largura Total 450 mm - 500 mm, Profundidade Total.</p>	UN	48	

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global estimado do Contrato é de R\$ (.....).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 8 (oito) dias úteis, após a entrega e do aceite definitivo dos bens, bem com o devido ateste da nota fiscal/fatura pelo fiscal.

5.2. O pagamento será creditado em nome da empresa vencedora por meio de crédito bancário na conta corrente, agência e banco indicados na proposta do licitante vencedor.

5.3. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido do fornecedor, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

5.4. Para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS deverá ser observada a legislação vigente do Distrito Federal, em razão de ser o local da prestação dos serviços.

5.5. Para atendimento do Ajuste SINIEF n.º 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF n.º 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 1º de novembro de 2012, a Contratada envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gesup@emgea.gov.br.

5.6. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF n.º 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à EMGEA informando essa condição.

5.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria empresa vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de

filiais e da matriz.

5.8. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento.

5.9. Nenhum pagamento será realizado pela Contratante sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da empresa vencedora.

5.10. Constatada a situação de irregularidade do fornecedor junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a empresa vencedora para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.11. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

5.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.13. A Emgea reserva o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Indicar um representante responsável pelo acompanhamento da entrega do objeto da aquisição.

6.2. Efetuar a entrega dos bens de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Contrato.

6.3. Comunicar a Emgea, no prazo máximo de até 3 (três) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem seu cumprimento.

6.4. Realizar a montagem ou instalação dos bens no local da entrega no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o recebimento, quando houver.

6.5. Substituir, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento do comunicado, todo e qualquer bem que chegar com defeito.

6.6. Encaminhar à Emgea a Nota Fiscal/Fatura contendo os dados relativos à aquisição, tais como: descrição do bem, quantidade, código se houver, valor unitário e valor global, de acordo com a proposta vencedora.

6.7. Dispor de todos os meios necessários para a devida execução do objeto contratado, da forma e no local indicados.

6.8. Atender aos requisitos de sustentabilidade ambiental, previstos nas legislações vigentes.

6.9. Não transferir a outrem, ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto da aquisição.

6.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a vigência do contrato.

6.11. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Emgea.

6.12. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, juntamente com a sua proposta readequada ao lance vencedor, o portfólio técnico completo ou catálogo do fabricante, contendo obrigatoriamente:

6.12.1. **Indicação da Marca e Modelo** de cada item ofertado;

6.12.2. **Especificações técnicas detalhadas**, que permitam aferir a total compatibilidade com as exigências descritas no item 2 e 24 deste Termo de Referência;

6.12.3. **Imagens ou ilustrações** do mobiliário, demonstrando o design e os acabamentos propostos.

6.12.4. A marca e o modelo indicados no portfólio vinculam a entrega do objeto.

6.12.5. Caso os bens entregues apresentem especificações, marca ou modelo divergentes do portfólio aprovado e da proposta apresentada, o objeto será **rejeitado**, sujeitando o licitante à **desclassificação** ou à **rescisão contratual por inexecução**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis previstas na cláusula 14 deste instrumento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos bens por intermédio de empregados especialmente designados para este fim, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, inclusive quanto aos prazos de fornecimentos de materiais, que ressaltados os casos fortuitos ou força maior, devidamente justificados e aceitos pela Emgea.

7.2. Permitir acesso dos técnicos da CONTRATADA nas dependências da Emgea, quando necessário, de acordo com normas e procedimentos previamente estabelecidos.

7.3. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido e sem defeitos ou incorreções.

7.4. Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os produtos ou serviços entregues pela licitante vencedora, efetuando glosa na fatura, quando for o caso.

7.5. Informar à CONTRATADA vencedora os atos que possam interferir direta ou indiretamente na entrega, instalação e configuração dos produtos e na execução dos serviços de garantia de funcionamento e suporte técnico a serem prestados.

7.6. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do CONTRATO.

7.7. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora.

7.8. Exigir a substituição de qualquer profissional, cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1. Garantia, manutenção e assistência técnica:

8.1.1. Os bens terão garantia de 24 meses contados a partir da entrega definitiva no local especificado neste Termo de Referência.

8.1.2. Durante o período de garantia a assistência técnica dos produtos será sem ônus para o Emgea.

8.1.3. A Assistência Técnica deverá ser prestada no local de instalação dos bens e as despesas com remoção e transporte, se necessário, correrá por conta do licitante.

8.1.4. O prazo máximo para resolução do problema será de 20 (vinte) dias corridos. Passado este período, o licitante deverá substituir, imediatamente, por um novo.

8.1.5. O início do atendimento e da resolução da assistência técnica da garantia será a hora da comunicação feita ao licitante vencedor.

8.2. Caso haja impedimento na resolução do(s) problema(s) quando da realização do chamado técnico, ou quando o término do reparo do equipamento for superior ao tempo acordado, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente ou de superior configuração, até que seja sanado o defeito do equipamento do licitante.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos orçamentários estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG da EMGEA para o exercício 2026, aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29.12.2025, e estão classificados, da seguinte forma:

Conta Contábil	Rubrica Orçamentária	Item Orçamentário
132.01.08 – Móveis e Utensílios (Aquisição de cadeiras).	2.107.010.200 – Aquisição - Manutenção de Bens Móveis.	1063 - Aquisição - Manutenção de Bens Móveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.1. Efetuar a entrega dos bens no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

10.2. A entrega deverá ser feita no endereço SBS, Quadra 02, Bloco J, Andares 4, 5, 7, 8 e 10 – Edifício Carlton Tower, CEP 70.070-120, Brasília – DF, na Gerência de Suprimentos e Infraestrutura – Gesup/Supes, de segunda a sexta das 19h até 06h, e sábado, domingo e feriados das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

11.1. Será designado como representante da Administração colaborador da Superintendência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Infraestrutura – Supes, para solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências e deficiências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

12.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:

12.1.1. “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.

12.1.2. “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

12.1.3. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

12.1.4. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

12.1.5. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.

12.1.6. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

12.1.7. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.2. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

12.3. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da CONTRATANTE, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

12.4. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

12.5. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

12.6. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

12.7. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.

12.8. A Emgea reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA acesso às informações, ao ambiente computacional e às dependências de suas instalações.

12.9. A CONTRATANTE garante que:

12.9.1. Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.

12.9.2. É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.

12.9.3. Cumpre com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a CONTRATANTE apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da CONTRATADA dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.

12.9.4. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.

12.10. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a CONTRATADA obriga-se:

12.10.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

- 12.10.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;
- 12.10.3. A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;
- 12.10.4. A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;
- 12.10.5. A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle;
- 12.11. A CONTRATADA garante que:
- 12.11.1. Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;
- 12.11.2. Notifica a CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:
- 12.11.2.1. Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado pela CONTRATANTE;
- 12.11.2.2. Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular;
- 12.11.2.3. Qualquer Incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato;
- 12.11.2.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.
- 12.11.3. Cooperar com a CONTRATANTE com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 11.11.2 acima, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da CONTRATANTE com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.
- 12.11.4. Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.
- 12.11.5. Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à CONTRATANTE.
- 12.11.6. Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.
- 12.11.7. Cooperar com a CONTRATANTE em caso de qualquer incidente, devendo:
- 12.11.7.1. Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares;
- 12.11.7.2. Prover a CONTRATANTE com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido;
- 12.11.7.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD;
- 12.11.7.4. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro;
- 12.11.8. Mediante solicitação da CONTRATANTE, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no contrato.
- 12.11.9. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.
- 12.11.10. A CONTRATADA será responsável perante a CONTRATANTE por quaisquer danos causados em decorrência de:
- 12.11.10.1. Violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou
- 12.11.10.2. Violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a CONTRATANTE por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.
- 12.11.11. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a CONTRATANTE receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.
- 12.11.12. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.
- 12.11.13. A CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.
- 12.11.14. A CONTRATADA permite que a CONTRATANTE realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.
- 12.11.15. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.
- 12.11.16. Após o término do contrato, a CONTRATANTE pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.
- 12.11.17. Após esse período, caso a CONTRATANTE não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela(s) CONTRATADA(S) seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.
- 12.11.18. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a

CONTRATANTE deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

12.11.19. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

12.11.20. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

12.11.21. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

12.11.21.1. Fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;

12.11.21.2. Investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou

12.11.21.3. Conforme determinado por lei ou regulação aplicável.

12.11.22. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

12.11.23. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

12.11.24. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

12.11.25. Observar o Código de Ética, Integridade e Conduta e a Política de Integridade da Emgea (disponíveis no sítio eletrônico da Empresa), bem como a legislação anticorrupção vigente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

13.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços referentes à instalação, configuração, garantia de funcionamento, assistência técnica e suporte técnico aos produtos, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

13.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de análise do ambiente de tecnologia, construção, implantação, instalação, configuração e execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.

13.3. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.

13.4. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

13.4.1. Término ou rompimento do Contrato;

13.4.2. Solicitação da Emgea.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Na hipótese de a empresa vencedora descumprir no todo ou em parte as contrapartidas previstas, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato firmado, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a Emgea poderá, assegurado o direito da ampla e prévia defesa, aplicar as sanções, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das demais cominações legais, à aplicação das seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa; e

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

14.1.1. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

a) 5% (cinco por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso, na entrega dos produtos. Após o décimo quinto dia e a critério da EMGEA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.2. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

14.3. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o §2º, do artigo 51, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Execução de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações; § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Políticas, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Termo de Consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais, Sigilo e Responsabilidade. § Código de Ética, Integridade e Conduta, disponível no site da Emgea, aplicável as empresas prestadoras de serviços	ALTO	MÉDIO
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Penalidades e sanções administrativas	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	MÉDIO	ALTO
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas. § Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	MÉDIO	ALTO
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Prestação de serviços em desconformidade com normas internas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Políticas e normas e procedimentos internos.	MÉDIO	ALTO
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações do fabricante. § Monitoramento do ambiente regulatório.	MÉDIO	MÉDIO
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Realização de um novo procedimento licitatório. § Prestação de serviços interrompida ou não conclusão de serviços.	§ Instrumentos contratuais a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	MÉDIO	MÉDIO
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Penalidades e sanções § Roubo ou sequestro de dados pessoais. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	§ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. § Prestação dos serviços por empresa especializada. § Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados.	MÉDIO	MÉDIO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0182536** e o código CRC **2DE60F20**.